

**POPULAÇÃO TRANS E DOCÊNCIA: ALGUNS APONTAMENTOS**  
**TRANSGENDER POPULATION AND TEACHING: SOME NOTES**  
**POBLACIÓN TRANS Y LA DOCENCIA: ALGUNOS APUNTADOS**

Fabrício Ricardo LOPES<sup>1</sup>  
Marli Lúcia Tonatto ZIBETTI<sup>2</sup>

**RESUMO:** O texto tem por objetivo analisar e discutir a presença da população trans em contextos educativos, dando-se especial destaque para a atuação de pessoas desse grupo na docência. Por meio de dados documentais e estudo teórico o texto problematiza a violência que vitimiza a população LGBT no Brasil, apresenta conceitos fundamentais para a compreensão das questões relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero, além de destacar alguns elementos da epistemologia queer que podem contribuir para fazer avançar a compreensão dessa temática no campo educativo. As análises empreendidas permitem afirmar que as escolas ainda desenvolvem práticas de disciplinamento das vivências sexuais e de gênero em seu interior e que estas impactam a subjetividade dos estudantes. Porém, a presença de pessoas trans nos espaços educativos, principalmente na função docente, desestabiliza práticas curriculares heteronormativas e suas expressões podem ser características de resistência na educação.

**Palavras-chave:** População trans. Docência. Processos Educativos.

**ABSTRACT:** This study aims to analyse and discuss the presence of transgender population in an educational context, highlighting the performance of people from this group in teaching role. Through documentary data and theoretical studies the text problematizes the violence that victimize the Brazilian LGBT population, presenting fundamental concepts for the understanding issues related to sexual orientation and gender identity. The research also gives prominence for some elements of queer epistemology that can contribute to advance the comprehension of this theme in the educational field. The analysis undertaken allow us to affirm that schools are still developing practices to disciplining the sexual and gender experiences that impact the students' subjectivity. However, the presence of transgender people in educational spaces, especially in teaching role, destabilizes heteronormative curricular practices and their expressions can be characteristics of resistance in education.

**Keywords:** Transgender population. Teaching (role). Educational processes.

**RESUMEN:** El texto tiene por objetivo analizar y discutir la presencia de la población trans en contextos educativos, dando especial énfasis para la actuación de personas de ese grupo en la docencia. Por intermedio de datos documentales y estudio teórico, el texto problematiza la violencia que victimiza a la población LGBT en Brasil, presenta conceptos fundamentales para la comprensión de las cuestiones relacionadas a la orientación sexual ya la identidad de género, además de destacar algunos elementos de

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia. Universidade Federal de Rondônia. fabrcioricardo.psicologia@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Universidade Federal de Rondônia. marlizibetti@yahoo.com.br.

la epistemología queer que pueden contribuir para hacer avanzar la comprensión de esta temática en el campo educativo. Los análisis emprendidos permiten afirmar que las escuelas todavía desarrollan prácticas de disciplinamiento de las vivencias sexuales y de género en su interior y que estas impactan la subjetividad de sus estudiantes. Todavía, la presencia de personas trans en los espacios educativos, principalmente en la función docente, desestabiliza prácticas curriculares heteronormativas y sus expresiones pueden ser características de resistencia en la educación.

**Palavras chave:** Población trans. La docencia. Procesos educativos.

## Introdução

Este texto busca problematizar a presença das pessoas trans nos espaços educativos, com especial ênfase para a atuação como docentes. Para isto é preciso dizer quem são essas pessoas e sobre como o contexto atual brasileiro, com suas práticas normativas no tocante às vivências de gênero e sexuais, interpelam esses sujeitos e imprimem marcas as suas subjetividades.

Destacamos neste momento que as discussões sobre a população LGBT em geral e a população trans em particular tem forte influência dos movimentos feministas. Considerando isso, é evidente que as primeiras discussões em torno das questões de gênero, tratam de sujeitos históricos que passaram a se constituir como um coletivo de direitos – as mulheres, e de uma nova discussão política que surge neste contexto - o feminismo. (LOURO, 2007)

As discussões feministas, portanto, são o ponto de partida para as problematizações acerca dos fenômenos de gênero e sexualidade, pois a partir delas vários outros grupos assumem frentes de discussões em diferentes arenas de luta. Marcar a importância do feminismo é, sobretudo, importante para evidenciar que os estudos sobre gênero e sexualidade, na atualidade, têm forte influência desses movimentos e que hoje, até mesmo as perspectivas feministas têm questionado seus sujeitos históricos, as mulheres, como categoria vazia de gênero. (BUTLER, 2016).

Butler (2016) expõe os limites dessas categorias de masculino e feminino. A filósofa norte americana é conhecida no Brasil especialmente pelos seus estudos no campo do gênero, embora tenha vasta produção sobre outros temas. É possível dizer que suas obras trouxeram ao Brasil a teoria *queer*, cujo nome se dá por incorporação de insulto homofóbico estadunidense. Pelúcio (2014) ressalta:

Também em português “queer” nada quer dizer ao senso comum. Quando pronunciado em ambiente acadêmico não fere o ouvido de

ninguém, ao contrário, soa suave (cuier), quase um afago, nunca uma ofensa. Não há rubores nas faces nem vozes embargadas quando em um congresso científico lemos, escrevemos ou pronunciamos queer. Assim, o desconforto que o termo causa em países de língua inglesa se dissolve aqui na maciez das vogais que nós brasileiros insistimos em colocar por toda parte. De maneira que a intenção inaugural desta vertente teórica norte-americana, de se apropriar de um termo desqualificador para politizá-lo, perdeu-se no Brasil. (PELÚCIO, 2014 p. 4).

Mesmo assim, a teoria segue aguerrida e discutida na direção de sua ampliação. “O pensamento queer foi desde seu início acadêmico em terras brasileiras eminentemente uma teoria de combate.” (PELÚCIO, 2014, p. 7). Seus postulados atuam frente a importantes debates contra a naturalização de algumas opressões, pode-se aqui citar a denúncia ao caráter compulsório da heterossexualidade, a desconstrução de binarismos que limitam os trânsitos identitários, a politização do desejo e até o apontamento do determinismo de discursos hegemônicos que impõem a abjeção a diversas pessoas e grupos. (PELÚCIO, 2014).

Segundo Butler (2016), existe um imperativo sobre a vida das pessoas que se assenta num alinhamento entre sexo/gênero/sexualidade. Esta normativa opera de forma disciplinar sobre os corpos e desejos das pessoas. Exige-se assim uma relação simétrica entre esses fenômenos, sob os quais qualquer pessoa deve existir e agir de forma coerente entre sexo biológico, expressões de gênero e prática sexual. Em outras palavras, espera-se que todas as pessoas expressem seu gênero (masculino ou feminino) em consonância ao sexo biológico e que qualquer uma possua desejos apenas heterossexuais.

Existem, porém, pessoas que desestabilizam essas normativas com seus corpos nômades, suas sexualidades flutuantes e que expõem assim os limites deste alinhamento. As pessoas trans, de forma geral, são marcos desestabilizadores dessas normas. Suas imagéticas compõem a crítica a um modelo social heteronormativo que insiste em aprisioná-las em categorias absolutas e, paradoxalmente, vazias de gênero.

Existe, portanto, um trânsito quando se trata de gênero e sexualidade. Nesse sentido o conceito de *performance* de gênero (BUTLER, 2016) é bastante propositivo para este debate, pois evidencia que gênero e sexualidade são mais dinâmicos do que o imperativo da heteronormatividade insiste em reiterar, o que não anula a importância de pensar as identidades (BUTLER, 2016).

As pessoas trans, assim como as pessoas cis<sup>3</sup>, expressam diversos comportamentos que juntos caracterizam um gênero que pode ser o masculino, feminino ou a negação de ambos. Essas categorias, portanto, não são uníssonas, absolutas e sim flexíveis (BUTLER, 2016).

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), diante deste alinhamento heteronormativo, ocupa um lugar de fronteira, pois em geral, não reúne as características exigidas por ele. Estar fora dessas exigências coloca essa população em situação de abjetas, conceito caro a epistemologia *queer*. Miskolci (2012, p. 39) afirma o seguinte: “A abjeção acaba sendo maior via sexualidade porque ali se unem esses sentimentos mais profundos, em que a pessoa mais se sente em confronto com a ordem social.” Ou seja, ocupar um lugar de abjeto é estar fora dos padrões exigidos por normativas sociais consideradas hegemônicas. Como apontou Miskolci (2012), via sexualidade esta abjeção é bastante intensa e se reflete nos índices de violência contra a população LGBT.

De acordo com o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil nos anos de 2011 e 2012, os índices de violência em todos os estados brasileiros aumentaram (BRASIL, 2012; 2013). “Em relação a 2011 houve um aumento de 166,09% [...]” (BRASIL, 2013, p. 18).

Também responsável por fazer um levantamento anual de assassinatos da população LGBT e que tem sido bastante citado como referência sobre a violência sofrida por este grupo no Brasil, é o Grupo Gay da Bahia (GGB). De acordo com esse órgão, em relação aos dados do ano de 2014 (GGB, 2014), o Brasil foi responsável por 50% das mortes de transgêneros de todo o mundo, o que coloca o país no topo dos países mais violentos contra a população trans. Este fato condiciona as pessoas trans a uma expectativa de vida de 30 anos de idade no Brasil, menos da metade da população cisgênero.

Em relatório mais recente divulgado por este grupo, há informações atualizadas sobre esta violência.

[...] 343 LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) foram assassinados no Brasil [...] A cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima de ‘LGBTfobia’, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Matam-se mais

<sup>3</sup> Este termo é utilizado para se referir às pessoas que possuem sua identidade de gênero em consonância com seu sexo biológico.

homossexuais aqui do que nos 3 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT. (GGB, 2016, p. 1).

Levantar e divulgar os índices de violência, bem como refletir sobre a realidade que causa tais números, implica entender que inúmeras forças em nossa ordem social impulsionam as pessoas trans a viverem nas margens.

Após esta pequena apresentação sobre a ordem social heteronormativa sob a qual todas as pessoas estão sujeitas, é fundamental a discussão de alguns conceitos importantes para o campo de estudos de sexualidade e gênero para uma melhor apresentação da população que se discute aqui e em seguida poder relacionar este grupo aos processos educativos, com destaque para a atuação como docentes. Destaca-se que os conceitos apresentados a seguir são importantes, sobretudo do ponto de vista da ação política, militante, mas opta-se neste texto pelo termo expressões de gênero ao invés de identidade de gênero para marcar assim, a fluidez desse universo.

### **Alguns apontamentos sobre a população trans**

Sobre o campo de estudos de gênero e sexualidade, é importante definir inicialmente dois conceitos considerados basilares: orientação sexual e identidade de gênero. O esclarecimento sobre eles ainda é fundamental para a compreensão da experiência trans, pois tratam de coisas distintas comumente confundidas. Para isso recorreremos ao que estabelecem os princípios de Yogyakarta como “[...] princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero.” (2007, p. 8) elaborados em reunião dos especialistas de 25 países diferentes, ocorrida entre os dias 6 e 9 de novembro de 2007 na Universidade GadjahMada, em Yogyakarta na Indonésia, sob a coordenação da Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos humanos.

Segundo esses princípios, a orientação sexual é compreendida como “[...] uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.” (YOGYAKARTA, 2007, p. 7).

Identidade de gênero por sua vez, segundo os princípios e recomendações de Yogyakarta, é compreendida como

[...] a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modos de falar e maneirismos. (YOGYAKARTA, 2007, p. 7)

No Brasil, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) elaborou o Manual de Comunicação LGBT, voltado para a comunidade de jornalistas brasileiros, mas que o uso se estende a todas as categorias profissionais. O manual apresenta também a definição de Orientação Sexual e Identidade de Gênero conforme os próprios princípios de Yogyakarta, porém, com alguns acréscimos. Segundo a ABGLT, há, basicamente “[...] três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) e pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade).” (2010, p. 10).

Sobre Identidade de Gênero a ABGLT acrescenta:

[...] é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino, ou de alguma combinação dos dois, independente do sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher). (p. 16).

Desta forma as pessoas que se identificam com um gênero que não corresponde ao seu sexo biológico são chamadas transgêneros, pois transcendem este binarismo sobre o qual se sustentam, historicamente, as noções de gênero. Já aquelas que sua identidade de gênero corresponde ao seu sexo biológico, são chamadas de pessoas cisgêneros.

É importante destacar que a identificação como pessoa trans está além do processo transexualizador. Passa, necessariamente, pela autodefinição, em outras palavras, uma mulher trans pode não ter feito a cirurgia de redesignação sexual, mas ainda assim se considerar trans dada sua percepção como pertencente ao gênero oposto ao que lhe foi designado no nascimento.

Esses conceitos de orientação sexual e identidade de gênero são fundamentais para a compreensão do discurso de muitas produções acadêmicas, mas, sobretudo sobre o discurso dos movimentos sociais, militante, pois ainda é sobre uma identidade que se afirma e se busca a efetivação de políticas públicas específicas para cada grupo. Em

contrapartida, é necessário enfatizar que muitas discussões acadêmicas no campo das sexualidades e gêneros têm acontecido em perspectivas teóricas que defendem o esvaziamento das identidades consideradas fixas. A epistemologia *queer* é um repertório importante na proposição deste debate e defendido neste trabalho.

Segundo Miskolci (2012, p. 44) “De certa maneira, um olhar *queer* é um olhar insubordinado. É uma perspectiva menos afeita ao poder, ao dominante, ao hegemônico, e mais comprometida com os sem poder, dominados, ou melhor, subalternizados.”

Entre os principais conceitos discutidos por Butler (2016) encontra-se a ideia de *performance* de gênero. Com esse conceito é possível entender que as categorias binárias, de feminino e masculino, são questionáveis em si mesmas e que o gênero existe de forma mais flutuante e menos rígida em suas fronteiras. Como uma *performance* que nada mais é do que um conjunto estilizado de atos que uma vez reunidos, são denominados e muitas vezes regulados pela cultura como este ou aquele gênero. A epistemologia *queer*, embora considere importante a discussão sobre os conceitos já mencionados de orientação sexual e identidade de gênero, opta por utilizar o termo expressões de gêneros e sexuais, marcando assim sua defesa na exposição dos limites das categorias essencialistas e biológicas.

A Teoria/epistemologia *queer*, ao passo que promove uma melhor compreensão das redes de regulação em relação à sexualidade, é eficaz também na problematização dessas práticas regulatórias evidenciando como muitas expressões de gênero são possíveis e subvertem o próprio sistema regulador. Butler (2016) propõe que uma das funções cruciais do feminismo é apresentar possibilidades que contestem essa exigência sobre os gêneros, inclusive aquela de que há uma identidade generificada<sup>4</sup> uníssona e imutável.

Entretanto, para além das teorizações apresentadas até aqui, existe, sobre a população trans, um discurso oficial pautado sobre o saber médico, que em seus principais manuais diagnósticos como o Código Internacional de Doenças (CID 10) e o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V), incorpora suas interpretações sobre a população trans numa perspectiva patologizante.

Segundo o DSM V, “Indivíduos com disforia de gênero apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como *gênero de nascimento*) e o gênero

<sup>4</sup> O termo “generificada” é aqui empregado para se referir às identidades de gênero, nesse sentido contesta a ideia de identidade generificada uníssona e fixa.



experimentado/expresso.” (APA, 2014, p. 453). E, sobre isso, Busin (2015, 20) afirma: “Desta forma, travestis (e transexuais) são vistas obrigatoriamente como anormais ou doentes.”

As pessoas trans passam, portanto, por um crivo do universo médico para atestarem suas expressões de gênero. Nesse sentido ainda é com o diagnóstico médico que elas passam a serem reconhecidas “oficialmente” como tal. Assim, há uma luta constante das pessoas trans pelo seu direito à identidade. Direito esse ainda muito atrelado ao saber médico. Embora existam dissidências nas categorias travestis, transexuais e transgêneros, ainda é através do conhecimento da medicina que se “autoriza” a existência das pessoas trans no Brasil e em outros lugares do mundo. (TORRES; PRADO, 2014).

Entende-se que esta afirmação opera como forma de controle a este grupo, pois está no outro a legitimação enquanto pessoa trans. Estar presente nestes manuais é uma forma de patologizar a vivência trans, logo, a luta pela despatologização das identidades trans segue dentro dos movimentos sociais e em alguns grupos acadêmicos, com o intuito de eliminar a ideia de que para existir, é preciso provar isso a alguém. E que por fim, a experiência trans não seja considerada mais uma doença.

### **População trans e processos educativos: destaques para a função docente**

Mesmo com esse cenário ainda opressor, como apontam os dados já mencionados neste trabalho, pessoas trans estão conquistando cada vez mais espaços que outrora não lhes eram permitidos. Ou na “melhor” das hipóteses, lhes eram dificultados. E dentro deste contexto os espaços educativos têm recebido um contingente gradativamente maior de alunos/as e também de professores/as trans. “Embora constituam uma minoria em termos numéricos, trazem para o debate várias questões polêmicas.” (SEFFNER; REIDEL, 2015, p. 446).

A presença de pessoas trans nos espaços educativos incita discussões, pois se compreende que as suas imagéticas desestabilizam, de alguma forma, normativas institucionais há muito já cristalizadas nos espaços escolares. Elas representam, com seus repertórios, uma subversão da lógica opressora que marginalizou e marginaliza pessoa trans em nossa sociedade.

Segundo Seffner e Reidel (2015, p. 461) “A presença de professoras travestis e transexuais em sala de aula introduz um movimento muito mais dinâmico em termos de



relação, onde temos a forte presença da mulher, e a forte presença da professora.” Para ilustrar a presença de expressões de gênero femininas na função docente em diversos contextos educacionais os autores citados utilizam a expressão Pedagogia do Salto Alto. A partir de entrevistas com diversas professoras e professores trans eles chegam às seguintes inferências:

A pedagogia do salto alto conjuga então dois elementos fortes, ser mulher, e ser professora [...]. Ao introduzir um movimento na ação da professora em sala de aula, a pedagogia do salto alto diz de uma atuação pedagógica que escapa da tradicional figura sem corpo e sem sexo da professora. Ao contrário do que se pode pensar, certo grau de erotismo e de produção da mulher que “habita” a professora, longe de “desvirtuar” o espaço da sala de aula, originou uma potência de afetos que redundou em uma profissional mais qualificada e envolvida com seu trabalho, e em uma mulher que se assume enquanto adulto de referência frente aos jovens. (SEFFNER; REIDEL, 2015, p. 462).

Seffner e Reidel (2015), trazem com suas reflexões, as problematizações acerca das mulheres trans no exercício da docência, enfatizando assim o dispositivo de gênero. Equilibrar as funções de mulher trans e professora não é tarefa fácil. Conjuga em si dois marcadores sociais de diferença que socialmente as subjugam. De um lado a transfobia e de outro o machismo, e tantas outras matrizes opressivas e de regulação de suas vivências que lhes afetam. Nesse sentido, o ato de ocupar os espaços que historicamente não eram seus, é revolucionário e marcos de resistência.

Essa opressão, por sua vez, reflete o modelo social heteronormativo em que vivemos, e que segundo Torres (2010) não pode ser atribuído a características exclusivamente da subjetividade humana, pois mesmo o opressor, se constituiu em um meio adoecido, no qual a heteronormatividade influenciou/ia as pessoas e dita normas sobre as relações sociais. Os espaços educativos, por sua vez, não estão isentos dessas influências. “A negação da existência dos dispositivos da heteronormatividade na escola por parte de educadores/as e gestores/as das políticas públicas ainda é um grande problema para o desmonte do dispositivo da transfobia na educação.” (TORRES, 2010, p. 56).

A presença de um/a professor/a LGBT pode ser tão ameaçadora que alguns entendem que é indevida na escola, pois pode constituir como uma “aprendizagem”. Um/a professor/a não está na escola apenas como transmissor/a de conteúdos educacionais, seus corpos e suas vidas podem mediar significados e questões que mobilizam os membros da comunidade escolar. A presença na escola de transexuais como professoras, associada aos atos de currículo, pode colocar em

xeque a heteronormatividade; deste modo as transexuais estão sempre atentas à possibilidade de serem eliminadas. (TORRES, 2010, p. 49).

Concorda-se com as afirmações de Torres (2010), a presença de professoras trans, assim como de estudantes trans, desestabilizam normativas institucionais e expõem os limites da instituição em lidar com as performances de gênero dissidentes em seus espaços. Esta desestabilização reflete o impacto que essas dissidências têm sobre as práticas curriculares heteronormativas (re) produzidas pela escola.

Em pesquisa sobre sexualidades e gêneros dissidentes no interior da escola na função de docentes, Almeida (2009) faz algumas considerações a partir de entrevistas com professores, gays, lésbicas e travestis. Segundo o autor:

Um dos principais aspectos evidenciados foi que o/a professor/a gay, travesti e lésbica ao exercer a profissão docente não se desvincula das marcas da sexualidade e do gênero inscritas em seu corpo, mesmo que não as anuncie, deixando flagrar notadamente a diferença provocando impactos tanto em alunos/as, docentes e em outros sujeitos envolvidos no processo educativo [...] (ALMEIDA, 2009, p. 213).

Percebe-se que as corporalidades não se escondem e que o corpo é também um discurso, tal como os desejos. Eles se fazem presentes nas escolas nas vivências de cada sujeito e levam consigo todo o seu potencial crítico e antinormativo.

Almeida (2009) também aponta que a posição de docentes não anula a possibilidade de agressão as pessoas de gênero e sexualidades dissidentes. O que evidencia a sobreposição de uma característica que é identitária sobre a atuação profissional e que esta posição não implica no escape da discriminação.

É preciso, também, considerar que a escola pode ser um espaço privilegiado tanto das experiências trans, como de desconstrução desta lógica heteronormativa, uma vez que, existe como dispositivo social de produção do conhecimento e que pode promover relações mais saudáveis entre seus muros. Nesse sentido, “A escola pode deixar de ser um espaço de opressão e repressão na questão da sexualidade, para se tornar um ambiente efetivamente seguro, livre e educativo para todas as pessoas.” (CORREA, 2013, p. 51)

Para Sales, Souza e Peres (2017) “O processo de subjetivação dos gêneros pode ser ampliado quando trazemos ao cenário as travestis, que extrapolam usos e reconhecimentos dos corpos e das significações que os gêneros poderiam evocar.” Embora os autores tragam a efeito as discussões sobre as travestilidades unicamente, na perspectiva dos conceitos há muito que se pode estender a toda a população trans.

A imagética trans, quando presente nos diferentes contextos, entre eles educativos, está colocando uma existência num rol visível a todas as pessoas. Essa visibilidade nada mais é do que o processo de descortinar essas expressões, ocupar lugares menos comuns, mas bastante possíveis.

As processualidades das experiências de vida das travestis são renegadas pelos tempos impostos, normativos e cristãos, reproduzidos constantemente pelas práticas escolares. As expectativas e experiências dessas pessoas (com seus corpos), nos seus respectivos tempos, nos levam a considerar problematizações que não eliminam as que já se conhecem, mas apresentam outros olhares às indagações sobre as expressões de gêneros e as sexualidades. (SALES; SOUZA; PERES, 2017, p. 77).

As diferentes expressões de gênero e sexuais quando vistas e ocupando diferentes lugares, provocam novas formas e novos olhares sobre os fenômenos produtores do gênero e evidenciam, no caso escolar, que a escola possui formas singulares de (re) produção de normativas que delegam à abjeção as expressões trans em seus contextos.

Considerando sua própria trajetória de estudante e hoje educadora, em sua tese de doutorado, a autora, que se considera travesti, faz as seguintes considerações:

O que ocorre com as travestis na escola é que esta instituição tenta reproduzir os ditames do sistema social, portanto isso não é algo peculiar a ela, mas reflete nela, assim como na família, na universidade, no trabalho, na rua, etc. Educadores, funcionários, professores e gestores em sua maioria aprenderam desde a convivência familiar, escolar e social em geral que os sexos definem o gênero e consequentemente o desempenho social, como se tudo fosse natural, fixo e intransponível. (SALES, 2012, 248).

Nesse sentido, o exercício da docência por professoras trans pode pautar-se numa vivência que reconhece as formas singulares de assujeitamento que a escola promove sobre gêneros e sexualidades dissidentes e agir criticamente sobre as normativas escolares que ainda reproduzem e legitimam um binarismo essencialista no tocante a essas vivências.

### **Considerações finais**

Os estudos referenciados neste texto apontam as complexas implicações da presença de pessoas trans, lésbicas e gays no exercício da docência, evidenciando as

transformações que podem ocorrer no espaço escolar a partir da convivência cotidiana com as diferentes expressões de gênero.

O ingresso de pessoas travestis e transexuais no ambiente escolar, na função de docentes, tem subvertido uma lógica de opressão, uma vez que esse não é um lugar comum para quem, historicamente, tem sido alvo de marginalização. Essa presença, ao passo que se configura como uma conquista social, também se apresenta como uma possibilidade real de mudanças deste contexto, pois os/as novos/as protagonistas nas escolas passam a ser uma resistência às matrizes opressivas e reguladoras das diferentes expressões de gênero e sexuais.

A afirmação de outras possibilidades de existência, a contraposição de narrativas dissidentes fazendo frente ao discurso hegemônico da normatividade, embora geradoras de conflitos, podem também ser extremamente potentes e transformadoras quando orientadas para a construção de um ambiente de pluralidade e respeito.

Por outro lado, essas presenças são a confirmação da potência da escola como espaço de produção de possibilidades, visto que foi nesses espaços que se constituíram os profissionais que hoje retornam para atuar como docentes.

### Referências

ABGLT. **Manual de Comunicação LGBT**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAergUAH/manual-comunicacao-lgbt>> Acesso em: 20 jan 2017.

ALMEIDA, N. F. P. de. **A diversidade entra na escola**: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero. 2009. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno mental**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2011. Secretaria de Direitos Humanos; 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Secretaria de Direitos Humanos; 2013.

BUSIN, V. M. **Morra para se libertar**: estigmatização e violência contra travestis. 2015. 292f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

CORREA; M. de A. Educação, lei e sexualidade: a importância da discussão sobre os padrões normativos do comportamento sexual e de gênero na escola. In: MAIO; E. R; CORREA; C. M. de A. (Org.). **Gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares**. Maringá: Eduem, 2013. p. 43 – 54.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2014**. Salvador, 2014. Disponível em:

<<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2014s.pdf>> Acesso em: jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2016**. Salvador, 2016. Disponível em:

<<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>> Acesso em: jan. 2017.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46, dez., 2007. p. 201-218.

MISKOLCI, R. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Ouro Preto: Cadernos de Diversidade, 2012.

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicos**. mai/out. 2014.

SALES, A. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. 2012. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2012.

SALES, A.; SOUZA, L. L.; PERES, W. S. Travestis Brasileiras e Escola: problematizações sobre processos temporais em gêneros, sexualidades e corporalidades nômades. **Revista de Psicologia**. v. 9, n. 1, p. 71-80, Jan/Abril 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v29n1/1984-0292-fractal-29-01-00071.pdf>> Acesso em: 11 de jun 2017.

SEFFNER; F; REIDEL; M. Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto. **Currículo sem fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 445 – 464, maio/ago. 2015. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/seffner-reidel.pdf>> Acesso em: 20 de maio 2017.

TORRES; M. A. A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figuras sociais contemporâneas. **Dossiês**. v. 11, n. 2, p. 41 – 61. 2010. Disponível em <<http://periodicos.ufrn.br/cronos/article/viewFile/2153/pdf>> Acesso em 12 jun 2017.

TORRES; M. A; PRADO; M. A. Professoras transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e *outsiders*. **Educação e Realidade**. v. 39, n. 1, p. 201 –

220, jan/mar. 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n1/v39n1a12.pdf>> Acesso em 10 de jun 2016.

YOGYAKARTA. Princípios sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e identidade de Gênero. Yogyakarta, 2007.

Disponível em:

<[http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf)> Acesso em: jun. 2016.

**Enviado em:** Outubro de 2017.

**Aceito em:** Março de 2018.

### **Como referenciar este artigo:**

LOPES, Fabrício Ricardo; ZIBETTI, Marli Lucia Tonatto. População trans e docência: alguns apontamentos. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 5, n. 10, p. 3-16, jan/abr, 2018. Disponível em:

<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index>>. e-ISSN: 2359-2087.